

CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE JURÍDICO

NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **50 (cinquenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente à Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência, e **01 (uma) prova discursiva**, composta por uma proposta de redação.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **5 (cinco)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** e **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)** deverão ser preenchidas com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta ou azul.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega obrigatória da sua folha de respostas e do seu caderno de questões ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **30 (trinta) minutos** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS** e/ou **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

BOA PROVA!

DESTAQUE AQUI

01	06	11	16	21	26	31	36	41	46
02	07	12	17	22	27	32	37	42	47
03	08	13	18	23	28	33	38	43	48
04	09	14	19	24	29	34	39	44	49
05	10	15	20	25	30	35	40	45	50

PROVA DISCURSIVA

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema **“A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E MEIO AMBIENTE: DANOS E CUIDADOS”**

TEXTO 01

Turismo e a poluição dos oceanos

Como se sabe, os oceanos cobrem 71% da superfície da Terra e, atualmente, bilhões de pessoas moram em cidades e vilarejos costeiros, sobrevivendo quase exclusivamente da pesca e do turismo relacionado às suas belezas naturais. O turismo é fortemente dependente dos oceanos. Milhões de viajantes em todo o mundo procuram locais à beira-mar para relaxar, praticar esportes aquáticos - como mergulho, vela e pesca - ou simplesmente para sentir a brisa e apreciar um bom jantar diante da paisagem. Praias como as das Ilhas Seychelles, do Havaí, de países caribenhos e da costa brasileira são apenas alguns exemplos de lugares paradisíacos que têm sua atividade turística inteiramente dependente dos mares. Nesses locais, foram construídos grandes empreendimentos hoteleiros cada vez melhores e mais bem equipados, com mais variedade de atividades e itens de conforto para o bem-estar dos turistas. E todos esses investimentos, cujo objetivo é atrair mais clientes, podem ser colocados a perder se a indústria turística e, em maior escala, toda a população do planeta não começarem a se preocupar de verdade com a poluição dos oceanos. No começo deste ano chegou ao público a informação, retirada da respeitada revista Science, de que 40% dos oceanos já estão deteriorados e quase não existem mais locais no planeta sem poluição marinha. A informação confirma a crença de que a atuação humana desregrada não compromete apenas as porções de terra emersas. As águas e tudo o que está submerso também sofrem com o uso indiscriminado e não sustentável dos recursos naturais. Não sabemos quantas espécies ainda desconhecidas do homem estão sob risco por causa da poluição marinha. O ser humano também sofre prejuízos diretos com o problema em vista de sua dependência milenar dos recursos marinhos para alimento - atualmente, também como fonte turística. A pesca predatória compromete o estoque natural de pescado. O estudo publicado na Science concluiu que praticamente todas as regiões costeiras do globo estão altamente poluídas e mais da metade dos grupos de seres vivos sumiu do ecossistema marinho. Os cientistas listaram fontes de impacto como poluição orgânica por pesticidas, lixo de navios e portos, excesso de pesca, mudanças climáticas pelo aquecimento global, introdução de espécies exóticas em ecossistemas aos quais elas não pertencem e construção de plataformas de petróleo. Infelizmente, já não é raro encontrar locais turísticos com praias tão poluídas que as atividades dentro d'água se tornam pouco recomendadas [...].

<https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,turismo-e-a-poluicao-dos-oceanos,145366>. Acesso em: 13/01/19

TEXTO 02

Turismo, novo vilão da Amazônia

Além do desmatamento e da poluição causada pela extração de minérios, o frágil bioma amazônico luta agora contra um novo inimigo: o turismo. Ele aparece numa pesquisa conduzida pelo geógrafo Mauro do Nascimento, da Universidade do Estado do Amazonas, como um dos principais motivos para a degradação da natureza na margem esquerda do rio Negro, entre o arquipélago de Anavilhanas e o igarapé Tarumã. “Em 40 quilômetros de extensão, onde há dezenas de praias e as atividades de turismo e recreação são intensas, já é comum ver lixo nas margens do rio e matas ciliares impactadas”, afirma Nascimento.

Acessíveis apenas por barco, as praias não têm infraestrutura ou organização para acolher seus visitantes; além disso, já começam a ser alvo do mercado imobiliário. Nascimento alerta que a Amazônia precisa urgentemente de marcos regulatórios no turismo, a exemplo do que aconteceu em Bonito (MS).

[...]

Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/turismo-novo-vilao-da-amazonia/>. Acesso em: 13/01/19

TEXTO 03



Disponível em: <http://www.arionaurocartuns.com.br/2016/04/charge-lixo-no-mar-poluicao.html>. Acesso em: 13/01/19

LINGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 10

Nativos digitais: como as novas tecnologias contribuem para o aprendizado infantil

O uso de tecnologia por crianças exige o acompanhamento cuidadoso dos pais, mas pode trazer bons resultados no aprendizado

Cada vez mais, a tecnologia é usada no processo de aprendizagem infantil, com ferramentas interativas que facilitam a aquisição de conhecimento, o compartilhamento de pontos de vista e a discussão de diferentes ideias, auxiliando no desenvolvimento de um pensamento crítico e colaborativo. O Brasil vem em queda no ranking mundial de aprendizado de inglês. De acordo com o Índice de Proficiência em Inglês da Education First, em apenas 5 anos o país caiu 10 posições no ranking. Em 2011 ocupava o 31º lugar entre 80 países. Atualmente, a performance dos brasileiros com o inglês desceu até o posto 41.

Em relação ao ensino do inglês na infância, um estudo da plataforma global Lingokids, para crianças de 2 a 8 anos, mostra que os pequenos retêm o dobro de vocabulário com o uso de aplicativos, em comparação com os métodos de aprendizado mais comuns. "A diversão é um fator chave para a rápida aquisição de vocabulário. Aprender brincando é uma forma muito eficaz de ensino, porque motiva as crianças e aumenta consideravelmente o tempo de atenção à atividade. Vídeos e jogos permitem interações com as palavras de forma divertida", diz Cristobal Viedma, CEO e fundador de Lingokids.

Há alguns anos, os pais tentavam decidir o tempo que seria permitido para seus filhos assistirem a televisão e jogarem videogame. Recentemente, essa preocupação passou a se estender para a utilização de tablets, celulares e computador. Desde tenra idade, as crianças estão imersas em um mundo tecnológico que influencia seus comportamentos. Por isso, há vários estudos que recomendam os limites de utilização de tecnologia, bem como a maneira como os pequenos devem interagir com ela.

Para a diretora de tecnologias de aprendizagem da New America Foundation Lisa Guernsey, autora do livro *Toque, clique e Leia* com Michael Levine, crianças a partir de 18 meses já podem se beneficiar do uso de dispositivos tecnológicos. É importante que os pais participem ativamente dessas interações, supervisionando a qualidade do conteúdo que seus filhos consomem e o tempo de uso, bem como estabelecendo horários para brincadeiras, estudo, refeições e descanso.

A jornalista Anya Kamenetz, autora do livro *A arte do tempo de tela*, compartilha da mesma ideia e assinala que "há um exagero quando se fala dos malefícios das telas" e que o importante é o acompanhamento ativo dos pais. "As crianças precisam da nossa ajuda para aprender a respeito das mídias e para interpretar o que veem. E ao ouvir seus filhos, você também pode compreender seus interesses. A paternidade digital positiva exige dedicação", salienta a especialista.

Com conteúdo da Divisão de Ensino da Língua Inglesa (ELT) da Oxford University Press, o aplicativo da Lingokids contém diferentes tipos de atividades, como vídeos e músicas com personagens animados, jogos e exercícios de alfabetização para atender a diferentes estilos de aprendizagem. Como 50% da capacidade de aprender é desenvolvida nos primeiros anos de vida, os sites e aplicativos pedagógicos são uma das formas mais interessantes de apresentar as crianças à tecnologia. A responsabilidade sobre o uso dos mesmos, como de tudo o que acontece com as crianças, fica do lado dos papais.

Por Camila Achutti

Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/colunas/Novos-tempos/noticia/2018/08/nativos-digitais-como-novas-tecnologias-contribuem-para-o-aprendizado-infantil.html>

QUESTÃO 01

Acerca das novas tecnologias, o texto permite afirmar que:

- (A) Foram inicialmente criadas para facilitar o aprendizado de uma segunda língua.
- (B) Ajudam mais do que os pais na aquisição do aprendizado por parte da criança.
- (C) Quanto mais tempo uma criança usa aparelhos eletrônicos, mais inteligente ela fica.
- (D) São elaboradas para crianças na faixa etária entre dois e oito anos de idade.
- (E) Desenvolvem-se com o tempo e passam a requerer mais cuidados em sua utilização.

QUESTÃO 02

Para fins de se manter a mesma ideia, o termo destacado em "Atualmente, a **performance** dos brasileiros com o inglês desceu até o posto 41" só **não** poderia ser substituído por:

- (A) Desempenho.
- (B) Teoria.
- (C) Eficiência.
- (D) Diligência.
- (E) Atuação.

QUESTÃO 03

O vocábulo acentuado na frase "supervisionando a qualidade do conteúdo que seus filhos consomem" obedece a regra de acentuação dos:

- (A) Oxítonos.
- (B) Paroxítonos.
- (C) Ditongos abertos.
- (D) Hiatos.
- (E) Monossílabos tônicos.

QUESTÃO 04

Segundo a norma culta, a utilização de "mesmos" no último parágrafo do texto está:

- (A) Correta por se tratar de um adjetivo que remete a "igual identidade".
- (B) Incorreta, uma que, nesse caso, caberia o uso de uma ênclise.
- (C) Correta por se tratar de um substantivo masculino que expressa "a mesma coisa".
- (D) Incorreta, uma vez que, nesse caso, caberia o uso do pronome "eles".
- (E) Correta por se tratar de um advérbio que remete a "também".

QUESTÃO 05

No título do livro de Lisa Guernsey mencionado no texto, os verbos estão no:

- (A) Infinitivo pessoal.
- (B) Presente do indicativo.
- (C) Participípio.
- (D) Presente do subjuntivo.
- (E) Imperativo.

QUESTÃO 06

A palavra destacada em “A **jornalista** Anya Kamenetz” demonstra um caso de:

- (A) Composição.
- (B) Sufixação.
- (C) Regressão.
- (D) Parassíntese.
- (E) Derivação imprópria.

QUESTÃO 07

A primeira vírgula, que aparece no primeiro parágrafo do texto, foi utilizada para:

- (A) Separar um adjunto adverbial.
- (B) Realçar uma locução conjuntiva anteposta.
- (C) Realçar termos importantes.
- (D) Separar uma expressão explicativa.
- (E) Separar uma oração adverbial reduzida.

QUESTÃO 08

Na oração “Vídeos e jogos permitem interações com as palavras de forma divertida” o verbo é:

- (A) Transitivo direto.
- (B) Transitivo indireto.
- (C) Bitransitivo.
- (D) Pronominal.
- (E) Intransitivo.

QUESTÃO 09

As duas primeiras palavras do título do texto são:

- (A) Um substantivo e um advérbio.
- (B) Uma locução adverbial.
- (C) Um substantivo e um adjetivo.
- (D) Uma locução substantiva.
- (E) Um advérbio e um adjetivo.

QUESTÃO 10

Pode-se dizer que o sujeito da oração “há vários estudos que recomendam os limites de utilização de tecnologia” é:

- (A) Oculto.
- (B) Simples.
- (C) Composto.
- (D) Indeterminado.
- (E) Inexistente.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Um conceito correto para Intranet é:

- (A) Uma rede de computadores privada que assenta sobre a suíte de protocolos da Internet. É de uso exclusivo de um determinado local, como a rede de uma empresa, que só pode ser acessada pelos seus colaboradores internos.
- (B) Um tipo de rede corporativa que apresenta as mesmas características de uma rede internet, mas que apresenta a particularidade de oferecer acessos exclusivos a determinados usuários considerados vips.
- (C) Um conjunto de redes internet de uma determinada corporação que está interligada a um outro conjunto de redes de uma outra corporação com o objetivo de trocar e compartilhar informações organizacionais.
- (D) Uma denominação dada a toda e qualquer rede que permite o acesso do público em geral às informações de uma determinada corporação, desde que esses dados não sejam vinculados à área financeira e estratégica.
- (E) Trata-se de uma configuração de redes de computadores, geralmente estruturada sob a topologia de barramento ou linear, que permite que seus usuários possam transmitir livremente os arquivos alocados nas pastas públicas.

QUESTÃO 12

A conexão entre a unidade de disco rígido e o sistema de computação acontece por meio da interface controladora. As primeiras unidades de disco apresentavam problemas com essa conexão, pois quando havia necessidade de aumentar a taxa de transferência, ocorria aumento de ruído na conexão. Para solucionar essa problemática, uma determinada empresa incorporou a interface controladora à própria unidade de disco rígido. Essa tecnologia ficou conhecida como:

- (A) Serial Interface Device Control, implantada pela empresa Seagate.
- (B) Integrated Drive Electronic, implantada pela empresa Western Digital.
- (C) Hard Disk Interface Control, implantada pela empresa Fujitsu.
- (D) Serial Drive Control Interface, implantada pela empresa Samsung.
- (E) Interface Hard Disk Control, implantada pela empresa Maxtor.

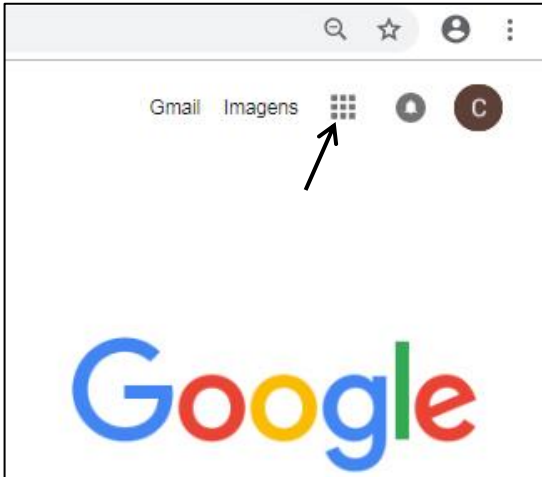
QUESTÃO 13

“Escalonamento cooperativo” se dá quando a CPU é alocada para executar uma determinada atividade específica. Sistemas operacionais que usam esse tipo de escalonamento são conhecidos como “sistemas operacionais multitarefa cooperativa”. Toda essa abordagem está intimamente ligada a qual função dos sistemas operacionais?

- (A) Gerenciamento de arquivos.
- (B) Gerenciamento da memória principal.
- (C) Controle do sistema de I/O.
- (D) Gerenciamento de processos.
- (E) Suporte ao armazenamento secundário.

QUESTÃO 14

As ferramentas de busca se tornaram indispensáveis na utilização da Internet e demais redes. A busca por conteúdo informativo é de suma importância para a execução das mais variadas atividades, sejam elas pessoais, acadêmicas ou profissionais. Observe a imagem abaixo que mostra uma dessas ferramentas e a seguir responda a pergunta.



O ícone apontado pela seta possibilita:

- (A) Alterar o formato de visualização das aplicações.
- (B) Modificar o modo de navegação do software.
- (C) Acessar uma lista de aplicativos da ferramenta.
- (D) Observar e acessar os arquivos que já foram “baixados”.
- (E) Alternar o tamanho da fonte utilizada no navegador.

QUESTÃO 15

“É responsável pela configuração dinâmica de endereços IP em uma rede de computadores, ou seja, atribui automaticamente um endereço IP quando um computador é inicializado ou conectado a uma rede de computadores”.

O trecho textual acima se refere ao protocolo:

- (A) SMTP.
- (B) IMAP.
- (C) HTTP.
- (D) SNMP.
- (E) DHCP.

QUESTÃO 16

“Uma solução de segurança baseada em hardware ou software (mais comum) que, a partir de um conjunto de regras ou instruções, analisa o tráfego de rede para determinar quais operações de transmissão ou recepção de dados podem ser executadas”

O conceito acima se refere a:

- (A) Firewall.
- (B) Warm Security.
- (C) Anti-spyware.
- (D) Net Backup.
- (E) Net Security.

QUESTÃO 17

- coala é um belo animal
- coala é um belo animal
- coala é um belo animal



1

2

- coala é um belo animal
- coala é um belo animal
- coala é um belo animal



Observe as disposições textuais e gráficas indicadas pelos números 1 e 2, acima. Utilizando-se o MS Word 2013 foi modificada a posição da imagem com relação ao texto, da posição 1 para a posição 2. Para se obter esse procedimento, após o clique com o botão esquerdo do mouse na imagem, os passos iniciais podem ser:

- (A) Acessar no menu principal a opção “Design” e em seguida a opção “Layout de imagem”.
- (B) Na janela que se abre após o clique, escolher a opção “formatação” e em seguida a opção “layout”.
- (C) Acessar no menu principal a opção “Formatar” e em seguida a opção “Posição”.
- (D) Acessar no menu principal a opção “Layout de imagem” e em seguida a opção “formatar”.
- (E) Na janela que se abre após o clique, escolher a opção “layout” e em seguida a opção “posição”.

QUESTÃO 18

A informática evolui a cada dia que passa, e novas tecnologias e aplicações vão surgindo para oferecer mais soluções ou alternativas aos seus usuários. Dentro desse cenário temos a “cloud computing”, que se refere a:

- (A) Um mecanismo tecnológico observado em redes Intranets que permite o uso de aplicações de forma remota.
- (B) Uma aplicação criada para que servidores remotos possam compartilhar informações de e-business.
- (C) Um sistema de informação corporativo que pode ser usado a longa distância por empresas parceiras.
- (D) Uma forma de armazenamento de dados oferecido através da Internet a partir de diversos servidores.
- (E) Um conceito dado para um tipo de Extranet, onde computadores estão interligados por uma “nuvem”.

QUESTÃO 19

Qual alternativa apresenta considerações corretas a respeito dos modelos OSI e TCP/IP?

- (A) A camada de apresentação no modelo de referência OSI faz a interface entre o protocolo de comunicação e o aplicativo que pediu ou receberá a informação por meio da rede. Ela é quem determina como ocorrerá um diálogo, identificando nomes e endereços.
- (B) No modelo de referência OSI, a camada de sessão é a responsável pelo início da comunicação fim a fim e complementa as funções da camada de transporte. Estabelece um canal de comunicação entre os usuários emissor e receptor.
- (C) No modelo TCP/IP, a camada de enlace tem como uma de suas principais funções receber os pacotes de dados da camada de rede e os transforma em quadros. Posteriormente, os transforma em tensões elétricas para a camada física para serem repassados ao meio físico.
- (D) A camada de rede, no modelo OSI, é a responsável por pegar os dados enviados da camada de sessão e dividi-los em mensagens que serão transmitidas pela rede, ou seja, as mensagens serão repassadas à camada de transporte que irá roteá-las até o seu destino.
- (E) Assim como as camadas de rede e de enlace do modelo de referência OSI correspondem à camada de inter-rede do modelo TCP/IP, as camadas de aplicação e de apresentação do modelo TCP/IP correspondem à camada de apresentação do modelo OSI.

QUESTÃO 20

Leia atentamente as duas assertivas que se seguem que tratam de recursos do software MS Excel 2013.

I - Impede que outros usuários alterem, movam ou excluam dados acidentalmente ou deliberadamente em uma planilha. Bloqueia células na planilha e protege a planilha com uma senha.

II - Exclui linhas duplicadas em uma planilha. Pode-se escolher quais colunas devem ser verificadas em busca de informações duplicadas.

Os recursos apontados nas assertivas I e II acima são encontrados no menu principal do software em questão, respectivamente, nas opções:

- (A) Revisão e Formatação.
- (B) Exibição e Revisão.
- (C) Formatação e Referências.
- (D) Revisão e Dados.
- (E) Dados e Exibição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

“O Direito Penal, como também os demais ramos do ordenamento jurídico, fundamentam-se em determinados princípios como elementos essenciais e diretores, em sua maioria juridicizados, seja em nível constitucional, seja não constitucional” (PRADO, 2017, p. 78). Qual a alternativa que apresenta afirmações corretas sobre o princípio da legalidade ou da reserva legal?

- (A) A partir da Revolução Francesa, converte-se em uma exigência de segurança jurídica e de garantia individual. O seu fundamento político radica principalmente na função de garantia da liberdade do cidadão ante a intervenção estatal arbitrária, por meio da realização da certeza do direito.
- (B) A exigência de responsabilidade subjetiva quer dizer que, havendo delito doloso ou culposo, a consequência jurídica deve ser proporcional ou adequada à gravidade do desvalor da ação representado pelo dolo ou culpa, que integra, na verdade, o tipo de injusto e não de culpa.
- (C) Abrange a ideia de ofensividade ou lesividade, visto que esta última é conata ao delito que necessariamente há de pressupor uma lesão ou perigo de lesão a determinado bem jurídico. Ademais, é de interesse observar que a noção de ofensa ou perigo de ofensa é passível de graduação a maior ou a menor.
- (D) Estabelece que o Direito Penal só deve atuar na defesa dos bens jurídicos imprescindíveis à coexistência pacífica dos homens e que não podem ser eficazmente protegidos de forma menos gravosa. Isso porque a sanção penal reveste-se de especial gravidade, acabando por impor as mais sérias restrições aos direitos fundamentais.
- (E) Vincula-se estreitamente aos postulados da imputação subjetiva e da culpabilidade. A responsabilidade penal é sempre pessoal ou subjetiva - própria do ser humano - e decorrente apenas de sua ação ou omissão, não sendo admitida nenhuma outra forma ou espécie.

QUESTÃO 22

“A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade”.

De acordo com o parágrafo segundo, do Art.2 da Lei Federal 4.320/64, acompanharão a Lei do Orçamento:

- (A) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- (B) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- (C) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.
- (D) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- (E) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

QUESTÃO 23

Qual alternativa apresenta uma afirmação correta acerca de que está previsto na Lei Complementar 101/2000, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências?

- (A) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias conterá um Anexo de Receitas e Despesas Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas.
- (C) O projeto de lei orçamentária anual deverá ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes financeiras e administrativas e com as normas desta Lei Complementar.
- (D) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada somente poderá superar a variação do índice de preços se estiver previsto na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica.
- (E) A lei orçamentária somente consignará dotação para investimento com duração superior a dois exercícios financeiros se estiver previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

QUESTÃO 24

A Lei 4.886 de 09.12.1965, em seu Art. 9, diz que o Conselho Federal tem a competência de determinar o número de Conselhos Regionais, o qual não poderá ser superior a um por Estado, Território Federal e Distrito Federal. **Não** se trata de competência desse Conselho Federal previstas nos incisos do Art.10 dessa mesma Lei:

- (A) Elaborar o seu regimento interno.
- (B) Julgar as propostas de cargos e salários criadas pelos Conselhos Regionais.
- (C) Dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais.
- (D) Baixar instruções para a fiel observância da presente Lei.
- (E) Elaborar o Código de Ética Profissional e resolver os casos omissos.

QUESTÃO 25

“Uma razão religiosa, política ou filosófica alegada pela pessoa, a fim de que não seja obrigada a realizar um ato que fira suas convicções, mas que, em contrapartida, à ela será imposta uma prestação alternativa, fixada em lei”.

O trecho acima se refere a qual dos direitos individuais e coletivos, previsto no Art. 5 da CF?

- (A) Liberdade de crença.
- (B) Direito de escolha.
- (C) Liberdade de consciência.
- (D) Inviolabilidade de pensamento.
- (E) Escusa de consciência.

QUESTÃO 26

O capítulo III, do Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais trata sobre as infrações disciplinares que podem ser configuradas como leves ou graves. De acordo com o parágrafo terceiro, do Art. 8, é considerada uma falta grave:

- (A) Deixar de indicar em sua propaganda, papéis e documentos o número do respectivo registro no Conselho Regional.
- (B) Negar a quem de direito a apresentação da carteira profissional ou do certificado de registro.
- (C) Anunciar imoderadamente, de modo a induzir em erro os representados e concorrentes.
- (D) Desrespeitar qualquer membro ou funcionário do Conselho Federal ou Regional no exercício de suas funções.
- (E) Agir com desídia no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de representação comercial.

QUESTÃO 27

Não se deve confundir a função jurisdicional com a administrativa. Só a jurisdição busca solucionar os conflitos de interesse aplicando a lei ao caso concreto e somente ela produz decisões de caráter definitivo. Tradicionalmente, a doutrina menciona quatro princípios inerentes à jurisdição; entre eles está o princípio do (a):

- (A) Competência, na qual aponta que somente um juiz ou promotor de justiça pode exercer a jurisdição.
- (B) Aderência ao território, no qual os juízes só têm autoridade dentro do território nacional.
- (C) Delegabilidade, que norteia a condição de delegação de responsabilidade jurídica apenas aos magistrados.
- (D) Afastabilidade, que indica a negação de culpabilidade ao Estado sobre qualquer ato ilícito no processo.
- (E) Unanimidade, indicando que os juízes e promotores de justiça devem tomar decisões uniformes.

QUESTÃO 28

Em se tratando da jornada de trabalho, se aceita a licitude do trabalho extraordinário apenas quando ocorrerem certas situações, ou seja, um fenômeno inusitado ocasionado por necessidade imperiosa, via de regra, imprevisível, as quais estão mencionadas no Art. 61 da CLT. O nosso Direito arrola alguns casos de necessidade imperiosa, como:

- (A) Trabalho extraordinário executado em instalações de terceiros por necessidade do empregador.
- (B) Horas trabalhadas extraordinariamente pelo empregado face imperiosa necessidade, devidamente comprovada.
- (C) Serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifestos ao empregador.
- (D) Por motivo de força maior, respeitando-se os limites diferenciados de horas extras para homens e mulheres.
- (E) Recuperação do tempo perdido na produção em virtude de licença funcional concedida pelo empregador.

QUESTÃO 29

A “separação dos poderes” é considerada um modelo político no qual o Estado tem suas funções divididas e delineadas em órgãos diferentes e independentes, cada qual com distintas áreas de responsabilidade e, em regra, indelegáveis. Qual alternativa apresenta uma afirmativa correta sobre a “separação dos poderes”.

- (A) O primeiro a tratar do assunto foi Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, no qual afirmava que no começo do século XVI, na França, já havia três poderes distintos: o legislativo (parlamento); o executivo (o rei); e um judiciário independente.
- (B) A distinção entre os poderes não pode ser feita de forma orgânica, rígida, pois os poderes apresentam funções típicas e atípicas. Assim como o judiciário tipicamente julga, pode, também, legislar. O executivo administra, mas pode também julgar.
- (C) Inaugurou, no Brasil, a Tripartição de Poderes na Constituição de 1934, pondo um fim ao chamado Poder Moderador. No mesmo dispositivo constitucional, se estabeleceu os princípios que regem a separação dos poderes.
- (D) De forma diferente, algumas constituições adotam um sistema de separação de poderes chamado de quadripartição de poderes, como as constituições da Venezuela, de 1999; a da Costa Rica, de 1949; e a da China, de 1947.
- (E) Os princípios que regem a separação dos poderes são a harmonia, a hierarquia, e a independência. O princípio da independência significa a não interferência indevida de um poder sobre o outro, sobressaindo-se, assim, o respeito entre os poderes.

QUESTÃO 30

Coisas e bens classificam-se segundo vários critérios. Qual alternativa apresenta considerações corretas sobre os bens de “segunda classe”?

- (A) Podem ser corpóreos ou incorpóreos. Corpóreos, materiais ou tangíveis são os bens possuidores de existência física, como uma mesa, um carro, um alfinete ou um grande navio.
- (B) Podem ser móveis, semoventes ou imóveis, no qual os primeiros são bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem que tal movimento ou remoção altere sua essência.
- (C) Podem ser fungíveis ou infungíveis. Infungíveis são bens que possam ser substituídos por outro da mesma espécie, qualidade e quantidade, como os alimentos em geral.
- (D) Podem ser principais ou acessórios. Os acessórios podem ser imobiliários ou mobiliários, enquanto que os principais são os bens que existem por si mesmos, abstrata ou concretamente.
- (E) Podem ser consumíveis ou inconsumíveis, no qual os primeiros são os bens móveis cujo uso importe a destruição de sua substância, ou seja, que desapareçam com o consumo.

QUESTÃO 31

A palavra obrigação possui várias acepções de emprego cotidiano, no qual pelo menos duas são de destaque: a obrigação enquanto dever jurídico e a obrigação enquanto dever não jurídico. A obrigação que é sinônimo de dever, seja jurídico ou não e a obrigação que é sinônimo de dever patrimonial são, respectivamente:

- (A) Lato sensu e stricto sensu.
- (B) Ab origine e ab intestato.
- (C) Capitis diminutio e capitis patrilis.
- (D) Casus deverdium e casus patronos.
- (E) Ex lege e ex officio.

QUESTÃO 32

“O Art. 5, XXXV, da Constituição Federal, proíbe a lei de excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Esse dispositivo garante a todos o acesso à justiça para postular e defender os seus interesses, por meio de tutela específica. O acesso à justiça é garantido pelo exercício do direito de ação, que permite ao interessado deduzir suas pretensões em juízo, para que sobre elas seja emitido um pronunciamento judicial”.

A qual dos princípios gerais do processo civil está relacionado o trecho textual acima?

- (A) Da imparcialidade do juiz.
- (B) Da publicidade dos atos processuais.
- (C) Da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- (D) Do duplo grau de jurisdição.
- (E) Da ampla defesa contra atos processuais.

QUESTÃO 33

Dentro do contexto do direito do trabalho e previdenciário, pode-se observar a presença de diversas modalidades de término de contrato de trabalho entre empregador e empregado. Analise o trecho textual abaixo que retrata uma dessas modalidades.

“É uma rescisão contratual onde o empregador/empresa dispensa os serviços do empregado sem motivo específico. Essa dispensa pode ser com a exigência de cumprimento do aviso prévio (neste caso trabalhado) ou sem a exigência deste (neste caso indenizado). Entre as verbas decorrentes dessa rescisão temos: saldo de salário, férias com 1/3 e 13º salário”.

A modalidade em apreço é:

- (A) Dispensa indenizatória.
- (B) Dispensa sem justa causa.
- (C) Demissão prévia contratual.
- (D) Dispensa culposa.
- (E) Demissão indireta.

QUESTÃO 34

“Quando a ação dirigida à realização de um tipo penal não pode, por razões objetivo-reais ou jurídicas, alcançar a consumação, quer devido à inidoneidade do meio, quer devido à impropriedade do objeto”. Trata-se de:

- (A) Delito putativo.
- (B) Crime improbitivo.
- (C) Delito absoluto.
- (D) Crime impossível.
- (E) Infração inversa.

QUESTÃO 35

Trata-se de um entendimento correto sobre “litisconsórcio”:

- (A) Em razão de demandas ajuizadas perante a justiça federal com a participação de centenas de pessoas consideradas autoras, estabeleceu-se o litisconsórcio multiprocessual.
- (B) É um fenômeno que ocorre quando duas ou mais pessoas figuram como autoras em um processo, configurando-se assim, o litisconsórcio bilateral ou misto.
- (C) O que justifica a formação do litisconsórcio é a existência de uma inter-relação entre as situações extrajurídicas de direito civil e processual dos litisconsortes.
- (D) Não há multiplicidade de processos, mas sim um processo com mais de um autor ou réu. Todos os litisconsortes são partes e possuem iguais direitos.
- (E) Será considerado um litisconsórcio ativo quando duas ou mais pessoas figurarem em um processo judicial ou extrajudicial configurando ambas como rés.

QUESTÃO 36

A Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, que deverão ser constituídos por contratos cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

Qual a alternativa **não** corresponde a nenhum dos incisos previstos no art.4 da referida lei, que indicam as cláusulas necessárias ao protocolo de intenções?

- (A) As normas de convocação e funcionamento da assembleia geral, inclusive para a elaboração, aprovação e modificação dos estatutos do consórcio público.
- (B) A identificação e finalidade do consórcio público, apontando a área de atuação, seja na esfera da União, dos Estados, do Distrito Federal ou Municípios.
- (C) A previsão de que a assembleia geral é a instância máxima do consórcio público e o número de votos para as suas deliberações.
- (D) A previsão de que o consórcio público é associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.
- (E) A autorização para a gestão associada de serviços públicos, explicitando, por exemplo, as competências cujo exercício se transferiu ao consórcio público.

QUESTÃO 37

As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto no Art.7, da Lei 8.666/93, e, em particular, deverá apresentar dois importantes documentos antes da execução das obras e serviços, que são:

- (A) Planilha de recursos e cronograma de execução.
- (B) Projeto introdutório e projeto de execução.
- (C) Projeto administrativo e projeto financeiro.
- (D) Planejamento financeiro e cronograma de execução.
- (E) Projeto básico e projeto executivo.

QUESTÃO 38

Nas licitações e contratos de que trata a Lei sobre o regime diferenciado de contratações públicas, deverá ser observada uma série de diretrizes, entre elas:

- (A) Parcelamento do objeto, visando à ampla participação de licitantes, sem perda de economia de escala.
- (B) Ampla publicidade, em sítio eletrônico, das fases iniciais e procedimentos do processo de licitação.
- (C) A utilização indispensável da planilha de recursos financeiros que será adotada pelo licitante.
- (D) Quando possível, oferecer maior vantagem ao licitante, no que diz respeito a custos e benefícios.
- (E) Despadronizar o instrumento convocatório para dar maior flexibilidade de análise das propostas.

QUESTÃO 39

De acordo com o que preceitua o Código Penal, existem três regimes de cumprimento de penas privativas de liberdade. Acerca disso, pode-se afirmar:

- (A) No regime fechado, o cumprimento da pena é feito em penitenciária, construída em local afastado do centro urbano, dotada eficazmente de recursos de segurança máxima, devidamente homologados, a uma distância que restrinja visitas.
- (B) Poderá um sentenciado cumprir sua pena em regime semiaberto estando alojado em uma casa de albergado, em uma colônia agrícola ou industrial, ou ainda em um estabelecimento adequado, sendo observados os requisitos de salubridade.
- (C) Em regime semiaberto, excluindo-se a hipótese de saída para frequência de curso profissionalizante, as autorizações dessas saídas somente poderão ser concedidas com prazo mínimo de 45(quarenta e cinco) dias de intervalo entre uma e outra.
- (D) O sentenciado no regime fechado estará sujeito a trabalho diurno e, excepcionalmente, noturno. A unidade celular deverá ter a infraestrutura essencial, como dormitório e lavatório, e apresentar, no mínimo, dez metros quadrados.
- (E) O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado (art.36, caput, CP), daí a institucionalização do benefício de saída temporária com monitorização eletrônica, instituída pela Lei 12.258/2010.

QUESTÃO 40

De acordo com a seção das disposições gerais do Código Tributário Nacional (CTN), fica vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cobrar imposto sobre certas situações, **exceto**:

- (A) O papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- (B) O patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos.
- (C) Templos de qualquer culto.
- (D) Serviços diretos ou indiretos de paramilitares civis.
- (E) O patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.

QUESTÃO 41

Observe as duas assertivas abaixo que tratam especificamente de duas ações jurídicas ligadas ao direito tributário.

I - Perda do prazo estabelecido em lei para ajuizamento da ação pelo titular da pretensão, a partir da lesão ao direito.

II - Extinção de um direito não exercido no prazo legal ou convencional, por omissão de seu legítimo titular.

As duas ações acima promovem, respectivamente:

- (A) Extinção da anistia; e decadência.
- (B) Perda legal; e extinção fiscal.
- (C) Prescrição; e perda legal.
- (D) Extinção da anistia; e perda legal.
- (E) Prescrição; e decadência.

QUESTÃO 42

Seguridade social consiste num conjunto de ações e políticas sociais que visam promover o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária e justa, auxiliando os cidadãos e suas famílias em determinadas situações, como a velhice, o desemprego e a doença. Constitui-se nos três pilares fundamentais da seguridade social, de acordo com a Constituição brasileira:

- (A) Saúde, previdência e assistência social.
- (B) Assistência social, segurança pública e saúde.
- (C) Segurança pública, previdência e sustentabilidade social.
- (D) Assistência previdenciária, sustentabilidade social e segurança pública.
- (E) Trabalho, saúde e previdência social.

QUESTÃO 43

É imposta pela legislação tributária que não seja levar dinheiro aos cofres públicos e denominada de dever instrumental formal. Pode constituir-se em prestações positivas e negativas, sendo que as primeiras têm como exemplo emitir notas fiscais e escriturar livros. Prestações negativas, por exemplo, permite que a fiscalização examine os livros, que não seja transportada mercadorias sem as respectivas notas fiscais”.

O trecho textual acima se refere a:

- (A) Decadência tributária.
- (B) Obrigação acessória.
- (C) Formalização tributária.
- (D) Tributação secundária.
- (E) Formalização compulsória.

QUESTÃO 44

Várias são as classificações dos bens públicos. Algumas são oferecidas pelos autores e outras, pela legislação. A classificação embasada pela legislação, considerada de maior utilidade, é indicada pelo Art. 99 do Código Civil e diz que:

I - “São bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma das entidades”.

II - “São bens tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias”.

Os bens públicos apontados nas assertivas I e II são, respectivamente:

- (A) De uso comum; e de uso público.
- (B) De uso exclusivo; e territoriais.
- (C) Extraordinários; e de uso público.
- (D) Dominicais; e de uso especial.
- (E) Patrimoniais; e territoriais.

QUESTÃO 45

Trata-se de uma falsa afirmação sobre o processo administrativo disciplinar a que está posta na alternativa:

- (A) É grandemente utilizado pela Administração Pública na apuração de falta e punição dos agentes públicos, na sua necessária utilização para a demissão de servidor estável e nas peculiaridades que encerra. É também chamado de processo disciplinar e inquérito administrativo.
- (B) O objeto do processo administrativo disciplinar é sempre a apuração das infrações e a aplicação das penas correspondentes aos servidores da Administração Pública, seus autores. Isso, entretanto, não significa que sempre há de haver apenação.
- (C) Dois são os fundamentos que permitem à Administração Pública instaurar um processo administrativo dessa espécie: um legal e o outro criminal. O legal está consignado em dispositivos da Constituição, que assegura aos acusados o contraditório e a ampla defesa.
- (D) Face o disposto no inciso LV do Art. 5º da Constituição Federal, sempre que se tiver um servidor acusado de infração, o processo administrativo disciplinar é obrigatório, pois só nessa espécie de processo podem se realizar, efetivamente, essas garantias constitucionais.
- (E) Seus princípios fundamentais são, substancialmente, os mesmos dos processos administrativos em geral, no entanto, possui princípios que lhe são específicos, a saber: princípio da ampla defesa, do contraditório ou contraditoriedade e do devido processo legal.

QUESTÃO 46

Sobre o “direito de sufrágio”, pode-se afirmar:

- (A) Trata-se de mero direito individual, pois seu conteúdo predica o cidadão a participar da vida política do Estado, transformando-o em verdadeiro instrumento do regime democrático, que, por princípio, só pode se realizar pela manifestação dos cidadãos na vida do Estado.
- (B) Pode ser exercido mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. O plebiscito é convocado com posteridade ao ato, conclamando o povo para aprová-lo ou rejeitá-lo pelo voto, enquanto que o referendo é convocado com anterioridade, para que a manifestação popular ratifique ou não o ato.
- (C) Sua primeira característica é a legalidade, ou seja, sua extensão a todos os cidadãos legais que atendam às condições, indicadas genérica e abstratamente no eixo constitucional, relativas à nacionalidade, à capacidade, à idade e ao alistamento eleitoral.
- (D) No que diz respeito ao direito de votar, as palavras “voto” e “sufrágio” são, de forma equivocada, empregadas costumeiramente como sinônimas, visto que “voto” é o direito de votar e de ser votado, enquanto que “sufrágio” é o ato pelo qual se exercita esse direito.
- (E) O direito de ser votado, também chamado de sufrágio passivo, traduz o direito que o cidadão tem de, satisfeitas as condições necessárias e livre dos impedimentos constitucionais, se apresentar como candidato a um cargo eletivo, respeitando-se as condições de elegibilidade.

QUESTÃO 47

Observe atentamente as assertivas abaixo que tratam sobre “Nacionalidade” e, a seguir, assinale a alternativa correta.

I - Enquanto gênero se divide em primária e secundária. Nacionalidade primária ou originária é aquela que o indivíduo adquire por força do nascimento, portanto, o vínculo jurídico estabelecido, emana de uma atribuição unilateral do Estado.

II - Dois são os critérios pelos quais se estabelecem as normas definidoras da nacionalidade secundária: o *ius soli* e o *ius sanguinis*, no qual este último preestabelece a nacionalidade à vista da ascendência, ou seja, aqueles que forem filhos de nacionais assim também serão considerados.

III - De acordo com o inciso I, do Art. 12 da CF, serão considerados brasileiros natos, os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer destes esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

- (A) Apenas a assertiva II está correta.
- (B) As assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva I está correta.
- (D) Apenas a assertiva III está correta.
- (E) As assertivas II e III estão corretas.

QUESTÃO 48

O objeto do Direito Tributário é exatamente a figura jurídica denominada pelo direito positivo de “tributo”, o qual está definido no Art. 3º do CTN. Sobre o “tributo”, podemos afirmar:

- (A) As taxas, cobradas por todas as unidades de poder, possuem como fato gerador o exercício do poder de polícia.
- (B) Trata-se de uma prestação, pecuniária compulsória ou não, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
- (C) Pode-se constituir em sanção de ato ilícito, sendo cobrado mediante atividade administrativa vinculada.
- (D) Está classificado, de acordo com o CTN, em três espécies: impostos, taxas e contribuição social.
- (E) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que depende da atividade estatal específica.

QUESTÃO 49

Os princípios peculiares do direito do trabalho têm como funções informar o legislador, orientar o juiz na sua atividade interpretativa e, por fim, integrar o direito, que é sua função normativa. Dentre eles, temos o princípio da proteção, que:

- (A) Está fundamentado no princípio da norma mais flexível que indica a existência de duas ou mais normas, cuja preferência na aplicação é objeto de polêmica. Esse princípio autoriza a aplicação da norma mais favorável, dependendo da hierarquia a qual está sendo submetido.
- (B) Respalda pela norma mais flexível, apresenta alguns problemas de ordem técnica em sua aferição dada a existência de dois critérios para sua comparação, onde um deles é intitulado como teoria do englobamento orgânico, em que se prefere a norma mais flexível, após o confronto das normas em comparação.
- (C) Dá respaldo às relações jurídicas co-trabalhistas, definindo-as pela situação de fato, isto é, pela forma como se realizou a prestação de serviços, pouco importando o nome que lhes foi atribuído pelas partes. Diz-se que deve ser prevaletido o ato em si, desprezando-se a ficção jurídica.
- (D) Em coligação com o princípio da primazia da realidade tem como objetivo limitar a autonomia da vontade das partes, pois não seria viável que o ordenamento jurídico, impregnado de normas de tutela do trabalhador, permitisse que o empregado se despojasse desses direitos.
- (E) É consubstanciado na norma e na condição mais favorável, cujo fundamento se subsume à essência do Direito do Trabalho. Seu propósito consiste em tentar corrigir desigualdades, criando uma superioridade jurídica em favor do empregado, diante da sua condição hipossuficiente.

QUESTÃO 50

Em dadas circunstâncias, que decorrem de lei expressa ou do sistema jurídico, admite-se que alguém vá a juízo, em nome próprio, para postular ou defender interesse alheio. Nesse caso, aquele que figura como parte não é o titular do direito alegado, e o titular não atua como sujeito processual. Há aí, portanto, um fenômeno de substituição. Substituto processual é aquele que atua como parte, postulando ou defendendo um direito que não é seu, mas do substituto. Essa substituição processual é também chamada de legitimidade:

- (A) Extraordinária.
 - (B) Exclusiva.
 - (C) Ordinária.
 - (D) Concorrente.
 - (E) Invertida.
-
-

RASCUNHO DA PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:

- 1) A Prova Discursiva (Redação) deverá ser elaborada com extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30.
- 2) O candidato que transcrever na Folha da Prova Discursiva com lápis grafite (ou lapiseira) ou caneta esferográfica de cor diferente de PRETA ou AZUL será automaticamente eliminado do concurso.
- 3) **Na FOLHA DE REDAÇÃO assinie APENAS no local apropriado**, pois é vedado assinar ou rubricar na Folha de Redação fora deste espaço.
- 4) A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- 5) Os critérios de avaliação são: **Adequação à proposta e ao gênero; Argumentação; Coesão; Coerência e Gramática**; cada critério possui a pontuação máxima de 4 (quatro) pontos.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
26
27
28
29
30